



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### DECISÃO DO PREGOEIRO

RECORRENTE : CONTRERA TORO COMERCIAL LTDA - ME  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º : 45/2022  
OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MERGULHO, PARA UTILIZAÇÃO PELO CORPO DE BOMBEIROS NAS OCORRÊNCIAS DE SALVAMENTO EM BUSCA AQUÁTICA.

#### 1 RETROSPECTO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **CONTRERA TORO COMERCIAL LTDA - ME** contra o resultado do julgamento de habilitação realizado na sessão pública de 30 de março de 2022, que tem por objeto a aquisição de material para mergulho, para utilização pelo Corpo de Bombeiros nas ocorrências de salvamento em busca aquática.

Pede a recorrente que deve ser revista a decisão que declarou vencedora a proposta da licitante GDC DA SILVA COSTA EIRELI, por apresentar marcas que não contemplam os requisitos mínimos solicitados em Edital.

O Pregoeiro efetuou a admissibilidade da intenção de recurso e abriu prazos para apresentação razões e contrarrazões.

É o relatório.

#### 2 JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

O juízo de admissibilidade recursal deve levar em consideração a regra geral prevista no art. 109, *caput* e inc. I, letra "a", da Lei n.º 8.666/93<sup>1</sup>, que prevê o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua interposição.

Na espécie, o recurso foi interposto por parte legítima (CONTRERA TORO COMERCIAL LTDA - ME), interessada, endereçado à autoridade competente, adequadamente motivado e devidamente representado.

No que tange à tempestividade, o prazo para a interposição de recurso era até 04/04/2022 (segunda-feira), e foi protocolado no mesmo dia. Portanto, conclui-se pela **tempestividade** do mesmo.

Salienta-se que os prazos do processo administrativo têm início na data da intimação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento (art. 66, *caput*,<sup>2</sup> da Lei n.º 9.784/99).

Superado o juízo de admissibilidade, passa-se ao exame do mérito.

---

<sup>1</sup> "Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: a) habilitação ou inabilitação do licitante;"

<sup>2</sup> "Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento."



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### 3 FUNDAMENTAÇÃO

A Recorrente pretende a reforma da decisão do pregoeiro, tendo em vista que os equipamentos ofertados pela empresa GDC DA SILVA COSTA EIRELI não atende as exigências mínimas estabelecidas em edital.

Sendo que após análise do Recurso interposto, o 10º Grupamento de Bombeiros através de Comissão Técnica emitiu novo parecer que assim dispõe:

*“Encaminho a Vossa Senhoria a análise do Pregão 45/2022, referente recurso apresentado pela empresa Contrera Toro Comercial Ltda – ME, CNPJ 15.367.075/0001-82, em desfavor da empresa GDC da Silva Costa Eireli, CNPJ 09.721.729/0001-21, sendo:*

*Item 01 “Colete equilibrador de mergulho”. Que a marca Seasub, modelo premium, não atende o descritivo, onde diz bolsos grandes com zíper e velcro, com compartimento para lastro integrado.*

*Item 03 “Regulador de ar Octopus 2º estágio com mangueira”. Refere-se que os equipamentos da marca Fun Dive, modelos X-7, X-octo, não possuem certificação;*

*Item 04 “Manômetro de Mergulho” Foi escrito somente a marca Fun Dive, sem constar o modelo.*

*2. Em consulta na internet, item 01, a marca indicada na proposta, não encontra o descritivo enunciado, mas que em comparação com outras marcas, torna-se irrelevante esta especificação, pois não altera a qualidade do equipamento, item 03, não foi encontrado a certificação, embora as demais especificações estejam de acordo. No item 04, o modelo mais inferior da marca Fun Dive, está dentro das especificações e compatível com o preço.*

*3. Cita-se que a empresa GDC DA SILVA COSTA EIRELI, em sua proposta manteve a descrição conforme o edital, o que leva-se ao entendimento que os materiais a serem entregues, serão de acordo com as especificações. Em análise, ambas às empresas apresentaram materiais ideais para a Corporação, cabendo-lhes a Comissão de Licitação, tomar as decisões finais, levando em conta a análise das questões legais.”*

Considerando o Parecer Técnico apresentado pelo 10º Grupamento de Bombeiros, foi solicitado esclarecimentos sobre a certificação requerida no descritivo do Item 03, uma vez que a Comissão de Licitações não possui conhecimentos técnicos em relação ao uso do equipamento:

*“Informo que para a Corporação o regulador Octopus deverá ser certificado, pois é considerado como uma segunda fase de emergência auxiliar, a ser utilizado pelo mergulhador em caso de necessidade em situações de mau funcionamento da segunda fase primária. Geralmente possui certificação internacional onde as modalidades de testes são executadas de acordo com a disposição EM 250:2000, onde visa regulamentar as condições de comercialização e os requisitos essenciais em matéria de segurança dos dispositivos.”*

### 4 CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, conclui-se pelo **CONHECIMENTO** e **PROVIMENTO** do recurso interposto pela empresa **CONTRERA TORO COMERCIAL LTDA - ME**, para o fim de reformar a decisão de CLASSIFICAÇÃO da proposta vencedora da empresa GDC DA SILVA COSTA EIRELI.

Francisco Beltrão/PR, 20 de abril 2022.

**ALEX BRUNO CHIES**  
**PREGOEIRO**  
**PORTARIA 047/2022 DE 06/01/2022**